



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

**RELATÓRIO ANUAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA**

**COMARCA DA MADEIRA**

**ANO JUDICIAL 2017**

**I – Introdução**

O presente relatório pretende reflectir, de forma tendencialmente global, a actividade do Ministério Público da comarca da Madeira, no ano judicial 2017, (período compreendido entre 1 de Janeiro a 31 de Dezembro), concluindo-se assim o 2.º ano do primeiro triénio dos objectivos estratégicos da PGR, após a reforma judiciária operada com a Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto.

O relatório assenta essencialmente, nos dados estatísticos que conseguimos obter do sistema informático Citius e na impossibilidade de os obter por tal via, em elementos recolhidos manualmente pelos funcionários que trabalham junto das respectivas jurisdições.

Apresenta-se pouco circunstanciado e globalizante, uma vez que apenas tomamos posse nas funções de Coordenação a 21 de Novembro de 2017, tendo tido sérias dificuldades em avaliar os dados anteriores e em conhecer a dinâmica e modus operandi de gestão imprimida na comarca, pelo nosso antecessor.

Além disso contámos essencialmente com a colaboração de um Senhor Escrivão Judicial na elaboração dos respectivos mapas, (funcionário que pela sua própria categoria e desempenho funcional manifestou algumas dificuldades por desconhecer as especificidades das funções desempenhadas pelo Ministério Público, mas que devido à sua competência e bons conhecimentos



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

no domínio do sistema CITIUS, nos prestou uma valiosíssima e apreciável colaboração).

Por outro lado é nosso entendimento que a elaboração dos relatórios (semestrais ou anuais) devem ser tarefa exclusiva dos respectivos Magistrados Coordenadores, sem sobrecarregar com estatísticas ou relatórios sectoriais os senhores Magistrados que prestam funções nas diversas jurisdições da comarca e cujo trabalho, (devido à presente e reconhecida escassez de recursos humanos) é hoje, bem maior, do que aquele que lhe devia ser exigido.

Ainda assim pudemos contar com toda a colaboração e boa vontade dos Colegas (Procuradores da República e Procuradores Adjuntos) que nos foram prestando informações essenciais à feitura do presente relatório.

Apesar de todas as vicissitudes supra mencionadas, procuramos apresentar valores estatísticos próximos da realidade possível e tentaremos proceder a uma avaliação crítica dos aspectos positivos e negativos que se destacam dos números provenientes da actividade do Ministério Público no ano judicial de 2017, embora o não possamos fazer de forma mais ou menos circunstanciada e assertiva, nem obviamente, sentirmo-nos minimamente responsáveis pelos resultados obtidos, atenta a data que marca o início das nossas funções na comarca.

Para o efeito, seguiu-se a esquematização prevista na Ordem de Serviço nº8/2014 – PGR à qual foram introduzidas alterações que se prendem com as especificidades da comarca da Madeira.

***Generalidades***

A Procuradoria da República da comarca da Madeira tem a sua sede no Palácio de Justiça da cidade do Funchal.

Não obstante, o órgão de Gestão da Comarca encontra-se sediado no 1.º piso do Edifício 2000, (sito a cerca de 1500m do Palácio), deslocando-se os



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

seus membros com assiduidade e regularidade ao Palácio de Justiça ou aos Tribunais de Santa Cruz, Ponta do Sol, Porto Santo e juízo de proximidade de S. Vicente, sempre que tal se mostra necessário e pertinente.

A Coordenação dispõe de um gabinete de trabalho individual, situando-se o mesmo muito próximo do gabinete do Juiz Presidente da comarca e do gabinete do Administrador Judiciário. O gabinete reúne o mínimo de condições, dispondo de mobiliário adequado e do equipamento necessário.

A secretariar o seu serviço, dispõe de uma funcionária do Ministério Público, (técnica de Justiça Adjunta) que contudo, executa igualmente todo o serviço inerente aos Magistrados do Ministério Público que prestam funções na Central Cível e Criminal que igualmente funcionam no mesmo piso.

No 3.º piso do mesmo edifício 2000, funciona o Tribunal de Trabalho da comarca, funcionando as restantes jurisdições da Comarca no Palácio de Justiça.

O Palácio da Justiça beneficiou recentemente de obras de restauração e remodelação, havendo gabinetes individuais para todos os Magistrados do Ministério Público que aí trabalham, devidamente mobilados e equipados.

O Tribunal de Santa Cruz funciona num edifício antigo, adaptado e pouco funcional.

Embora tenha beneficiado de obras, certo é que o mesmo apresenta várias infiltrações de águas, nomeadamente nos gabinetes das Senhoras Magistradas do Ministério Público, onde caem volumosas gotas de chuva, não oferecendo assim o mínimo de condições de trabalho, havendo mesmo perigo para as pessoas que aí prestam funções, atentas as referidas infiltrações associadas às deficientes instalações eléctricas do edifício.

O mesmo se deverá dizer relativamente ao Tribunal de Ponta do Sol onde igualmente chove dentro do edifício e onde recentemente caíram as balaustradas das varandas do piso superior do edifício.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

O tribunal de Porto Santo embora seja um edifício antigo, encontra-se em razoável estado de conservação e reúne o mínimo de condições de trabalho.

O Ministério Público da comarca da Madeira é composto por um corpo de 9 Procuradores da República e 15 Procuradores Adjuntos (sendo dois deles do quadro complementar, em substituição de uma Senhora Procuradora Adjunta que se encontra em licença de parentalidade e outro de um Senhor Procurador Adjunto que se encontra com licença por doença prolongada).

No mapa V do Dec.-lei 49/2014 de 27 de Março, está previsto para a comarca da Madeira um quadro de 8 a 9 Procuradores da República que se encontra efectivamente preenchido, mas o quadro de Procuradores Adjuntos previsto de 17 a 19 não se encontra preenchido estando deficitário em pelo menos 3 procuradores Adjuntos, **pelo que a saída de qualquer das Senhoras procuradoras adjuntas do quadro complementar se revelaria neste momento catastrófica.**

Os senhores Procuradores da República encontram-se distribuídos nos seguintes termos:

- 3 no Tribunal de Família e Menores do Funchal com competência em toda a comarca, com excepção de Porto Santo.

- 1 no Tribunal do Trabalho com competência em toda a comarca

- 2 nos juízos de Comércio / Execuções

- 1 na Central Criminal

- 1 na Central Cível, exercendo funções de direcção relativamente aos senhores Procuradores Adjuntos na respectiva área cível.

- 1 na Instrução criminal, exercendo igualmente funções de direcção no DIAP e de coordenação sectorial na área criminal.

Por seu turno os Senhores Procuradores Adjuntos encontram-se distribuídos nos seguintes termos:



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

- 3 nos juízos Locais cíveis/criminais.
- 6 no DIAP do Funchal (local onde exercem funções as Senhoras Procuradoras Adjuntas do quadro complementar, em substituição de dois procuradores que se encontram, uma de licença de parentalidade e outro de baixa médica por doença prolongada)
- 3 no Tribunal de Santa Cruz
- 2 no Tribunal da Ponta do Sol
- 1 no Tribunal de Porto Santo, com competência genérica.

**II – ANÁLISE SUCINTA DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO  
MINISTÉRIO PÚBLICO EM CADA ÁREA**

**II – A) ÁREA CRIMINAL**

***INQUÉRITOS***

Neste campo há que sublinhar mais uma vez que a maior parte dos dados se baseia em número retirados do sistema Citius e que a estatística deste suporte informático, conforme acima se apontou, apresenta oscilações, por vezes de dia para dia, pelo que os resultados obtidos não são absolutamente fidedignos havendo que tomar em consideração essas variações (in)explicáveis que o sistema vai apresentando.

Passando à análise concreta dos dados e à sua comparação com o ano judicial anterior constata-se o seguinte:

- Quanto aos **inquéritos instaurados** é de assinalar o seu significativo aumento na ordem dos 13,1% relativamente ao ano anterior – 7.415 no ano judicial 2016 e 8.538 no ano de 2017, tendo entrado no núcleo do DIAP do



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Funchal mais 285 inquéritos do que no ano transacto, em Santa Cruz mais 745 inquéritos do que no ano anterior e em Ponta do Sol mais 134, só se verificando uma descida nas entradas de Porto Santo onde as mesmas registaram uma diminuição de 41 inquéritos.

Conclui-se por conseguinte que no ano de 2017 entraram na globalidade mais 1.123 inquéritos que no ano anterior.

- Atenta a subida exponencial de entradas, verifica-se que a pendência global da comarca também aumentou transitando para o ano de 2018, 4680 inquéritos, o que significa que a taxa de resolução processual se situa na ordem dos 84%, rondando a taxa de eficiência apenas os 60%.

Também relativamente aos inquéritos pendentes **com mais de 8 meses** se verificou um aumento, uma vez que no ano de 2016 rondavam os 960 e no ano de 2017 rondam os 1553, o que denota uma tendência negativa na ordem dos 62%, digna de preocupação, quer no DIAP do Funchal, quer em Ponta do Sol e Santa Cruz, com excepção de Porto Santo onde tais inquéritos baixaram de 19 para 18.

Contudo quanto aos **processos findos** verificou-se uma subida deste valor relativamente ao ano transacto. Efectivamente, em 2016 haviam findado 6133 e no ano de 2017 findaram-se 7236, embora a mesma não tenha sido suficiente para manter as pendências, o que facilmente se compreende atenta a subida registada nas entradas e o facto de um dos procuradores Adjuntos do DIAP ter entrado de baixa medica por doença prolongada sem ter sido substituído e de outro ter saído com licença sem vencimento sem ter sido igualmente substituído.

Relativamente aos indiciados registaram-se um total de 1414 processos (contemplando inquéritos e processos sumários).

Do universo destes indiciados verifica-se que a formas simplificadas de processo foram usadas 895 vezes o que constitui uma percentagem de 63,2%.



## **COMARCA DA MADEIRA MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Relativamente às **medidas de coacção privativas da liberdade** aplicadas em inquérito atingiram um total de 15 das quais 2 se reportam á obrigação de permanência na habitação com vigilância electrónica e as restantes a prisão preventiva.

Quanto aos **fenómenos criminais** é de realçar, pela sua expressão numérica, os crimes de violência doméstica e de natureza sexual, os crimes estradais, a cibercriminalidade (embora quanto a estes não nos tenha sido possível fazer a destringça tipificada no mapa por tal exigir uma pesquisa manual que se não compadece com os números), os crimes fiscais e os crimes de incêndio

A **mediação penal** não tem qualquer relevo na comarca da Madeira.

### ***INSTRUÇÃO***

No ano em análise foram requeridas 76 novas instruções (sendo 40 no Funchal e 3 em Porto Santo requeridas pelo arguido e 32 no Funchal e 1 em Porto Santo requeridas pelo assistente). Ao número das entradas acrescem 42 que transitaram do ano anterior.

Foram proferidos 31 despachos de pronúncia e 28 de não-pronúncia. Ficaram pendentes para o ano seguinte 21 processos, sendo 20 no Funchal e 1 em Porto Santo.

### ***PROCESSO SUMÁRIO***

No âmbito do processo Sumário foram recebidos 518 autos de notícia. Foram arquivados 148 autos, aplicadas 126 SPP's, requeridos 244 julgamentos em processo sumário e nenhum auto foi remetido para inquérito.

Importa salientar que o relativo numero reduzido de casos de apresentações a sumário terminarem com suspensões provisórias do



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

processo, se prende com o facto da Senhora juíza de Instrução da comarca (com excepção de Porto Santo) nunca dar a sua concordância aquele instituto nos crimes de condução em estado de embriaguez seja qual for a taxa de alcoolémia apresentada pelo arguido, sendo, como se sabe, tal despacho irrecorrível.

***JULGAMENTOS***

Quanto a julgamentos, foram **movimentados** 2.112 processos, sendo 186 em processo comum colectivo, 1318 em processo comum singular, 428 em processo sumário, 66 em processo abreviado e 114 em sumaríssimo. De destacar ainda não ter sido requerido qualquer julgamento com intervenção de tribunal de júri.

A percentagem de condenações cifra-se em 84,8% sendo de 15,2% o número de acusações totalmente improcedentes.

***RECURSOS***

Relativamente aos recursos, na área penal, o Ministério Público interpôs 29 recursos e respondeu a 66. Dos interpostos pelo Ministério Público foram já decididos 19 dos quais 6 foram providos, 3 parcialmente providos e 10 não providos.

Quanto aos recursos respondidos pelo Ministério Público já foram decididos 39, sendo 4 providos, 5 parcialmente providos e 30 não providos.

***RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS***

Os bens e valores declarados perdidos reverterem para a Região Autónoma, com ressalva daqueles que a lei atribui directa e especialmente a entidade determinada. Por sua vez, a intervenção do GAB nem sempre se revela a mais adequada, uma vez que atenta a distância geográfica da Ilha e





**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

os consequentes custos das deslocações nem sempre os benefícios superam os custos inerentes às despesas do envio dos bens para aquele gabinete.

Contudo regista-se um pedido de intervenção feito pelo DIAP do Funchal cujo valor dos bens apreendidos se cifrou em €13.690,00.

Foi igualmente pedida tal intervenção igualmente pelo DIAP do Funchal num crime de peculato.

***ATENDIMENTO AO PÚBLICO***

No que concerne ao atendimento ao público é de notar que, nesta área, o mesmo cifra-se em 138 atendimentos, uma vez que principalmente as vítimas de violência doméstica, preferem fazer queixa no Tribunal em vez de se dirigirem à PSP, chegando mesmo algumas delas a referenciar que foram encaminhadas pela entidade policial para o Tribunal.

***INTERNAMENTOS COMPULSIVOS***

Quanto aos internamentos compulsivos foram instaurados 87 novos processos a que acresceram 16 internamentos vindos do ano anterior.

Foram findados 91 pelo que ficaram pendentes 12.

***RECURSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO***

Os recursos de contra-ordenação apresentados a juízo pelo Ministério Público cifram-se num total de 21

Foram proferidas nesta área 33 sentenças, sendo que 24 delas deram provimento ao recurso, 1 foi parcialmente provido e outro não provido.

***CARTAS ROGATÓRIAS***

Quanto a cartas-rogações a cumprir pelo Ministério Público o número



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

total é de 19 no ano em análise sendo que, todas elas se concentraram no DIAP do Funchal.

***INTERVENÇÕES HIERÁRQUICAS.***

Por último, pela Magistrada Coordenadora do DIAP igualmente com funções de direcção em Santa Cruz, Ponta do Sol e Porto Santo, foram decididas 33 intervenções hierárquicas e 177 conflitos de competência em inquérito.

**Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho**

**Recursos humanos – Magistrados do M<sup>o</sup>P<sup>o</sup>**

Efectivamente o ano de 2017 parece ter-se revelado muito difícil em termos de gestão de recursos humanos.

A 17 de Dezembro de 2016 a Senhora Procuradora Adjunta Ana Pires que exercia e exerce funções no DIAP do Funchal entrou de licença de parentalidade, só tendo regressado ao serviço a 1 de Setembro de 2017.

Durante o período da sua ausência, os inquéritos que lhe estavam adstritos (com excepção dos inquéritos de natureza urgente que foram sendo assegurados pela Senhora Procuradora Coordenadora do DIAP) mantiveram-se sem movimentação. Só em finais de Janeiro um Senhor Magistrado do quadro complementar viria a assumir o seu serviço em colaboração com a Senhora Procuradora Coordenadora, os procuradores adjuntos dos juízos locais do Funchal e do Juízo local de Porto Santo.

A 15 de Março, nos termos da ordem de serviço 3/2017 de 1 de Março, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Pinto destacada para esta comarca por conveniência de serviço, passou a tramitar os inquéritos da Dr.<sup>a</sup> Ana Pires, mas só viria a



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

assegurar tal serviço até finais do mês de Junho altura em que ela própria entra em baixa médica por gravidez de risco.

Desde finais de Junho até 1 de Setembro de 2017 os inquéritos afectos à Titular Dr.<sup>a</sup> Ana Pires, ficariam sem movimentação.

Tais circunstancias viriam a aumentar exponencialmente as pendencias desta Magistrada que quando entrou de licença de parentalidade tinha uma pendência de 338 inquéritos e em Setembro a mesma cifrava-se em 531 inquéritos.

Situação idêntica se viria a passar com a Senhora Procuradora Adjunta Sarra Barroso que entrou de baixa médica por gravidez de risco a 11 de Janeiro de 2017, prevendo-se apenas o seu regresso ao serviço no dia 21 de Fevereiro do corrente ano de 2018.

Durante a sua ausência os processos que lhe estavam distribuídos passaram igualmente por várias vicissitudes. De Janeiro a Março por ausência de qualquer ordem de serviço a Senhora Procuradora Coordenadora foi assumindo os inquéritos daquela e através da supra mencionada ordem de serviço 3/2017 aqueles inquéritos foram distribuídos a 4 magistrados, situação que se viria a manter até 1 de Setembro, altura em que a Dr.<sup>a</sup> Valéria do quadro complementar veio assumir o serviço daquela magistrada.

Por conseguinte as pendências da Magistrada quando entrou de baixa cifravam-se em 516 inquéritos e actualmente cifram-se em 710

Contudo, em Abril de 2017 a Senhora Procuradora Adjunta Andreia Félix a prestar serviço na secção local de Santa Cruz entrou de baixa prolongada por gravidez de risco, só vindo a retomar o serviço a 4 de Janeiro do corrente ano de 2018 e em Maio de 2017 também o Senhor Procurador Adjunto António Brandão a exercer funções no DIAP do Funchal entra de baixa por doença prolongada.

Em data que se desconhece do ano de 2017, ao Sr.<sup>o</sup> Procurador Adjunto, **Hugo Luz dos Santos, colocado igualmente no DIAP do Funchal**



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

**veio a ser concedida licença sem vencimento sem que o seu lugar viesse até á presente data a ser ocupado por qualquer outro magistrado.**

Por conseguinte os processos da Dr.<sup>a</sup> Andreia Félix e do Dr.<sup>a</sup> António Brandão foram distribuídos fragmentariamente pelos restantes 3 magistrados do DIAP e pelos procuradores Adjuntos das instâncias locais do Funchal, Santa Cruz e Ponta do Sol.

Em Outubro de 2017 com a vinda da Dr.<sup>a</sup> Ana Pires e após a colocação da Dr.<sup>a</sup> Valeria as mesmas viriam a receber conjuntamente com a sua colega Inês Teles e o Dr.<sup>o</sup> Miguel Silva, de Ponta do Sol, os inquéritos do Dr.<sup>o</sup> António Brandão.

Apenas em Janeiro do corrente ano de 2018 a situação se encontra minimamente estabilizada com o regresso da Dr.<sup>a</sup> Andreia Félix ao serviço e a deslocação da Dr.<sup>a</sup> Maria João de Santa Cruz para o DIAP do Funchal, assumindo esta ultima o serviço do Dr.<sup>o</sup> António Brandão.

Por conseguinte, **mostra-se de todo imprescindível a permanência da Dr.<sup>a</sup> Maria João do quadro complementar no DIAP do Funchal, sob pena dos Senhores Magistrados perderem o controle das pendências, atento o aumento crescente das entradas verificadas e a complexidade gerada nos processos em consequência dos mesmos andarem durante meses a serem despachados sucessivamente por magistrados diferentes.**

Para além da carência de meios humanos, persistem vários constrangimentos e dificuldades resultantes da própria regionalização de vários serviços.

A resposta da Direcção Regional da Administração Fiscal, Segurança Social e da Inspeção Regional das actividades económicas, tem-se revelado morosa e pouco eficiente, acabando os Senhores Magistrados por terem de colmatar as suas lacunas no âmbito do inquérito com a realização de diligências complementares.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

O mesmo se poderá dizer quanto aos OPC`s, revelando os mesmos falta de meios e uma grande falta de preparação técnica para dar uma resposta qualitativa minimamente aceitável, fazendo com que os Senhores Magistrados tenham de realizar muitas diligências complementares de inquérito ou até mesmo evitem delegar a realização da investigação naqueles.

Não obstante a Senhora Procuradora Coordenadora do DIAP e alguns procuradores Adjuntos daquele departamento terem feito reuniões não só com os OPC`s como igualmente com a DRAF e a Segurança Social, os constrangimentos, dificuldades, morosidade na resposta e falta de articulação tem persistido, havendo por conseguinte um longo caminho a percorrer nesta área

**Recursos humanos – funcionários do MºPº**

Para além disso a movimentação e saída de funcionários do Ministério Público também trouxe durante o ano de 2017 vários constrangimentos ao serviço. Em Santa Cruz um senhor funcionário que aí prestava funções e que sempre se revelou um elemento essencial na dinâmica daquela secção, saiu da comarca a fim de prestar funções no CEJ, reflectindo-se a sua saída de forma muito negativa.

A sua falta só veio a ser colmatada em Janeiro do corrente ano.

Em Setembro de 2017 houve varias mudanças em consequência do movimento dos Senhores funcionários, perdendo o Ministério público alguns elementos que se revelavam pela competência como essenciais.

Funcionários experientes e devidamente traquejados na área criminal e na área laboral foram substituídos por auxiliares sem qualquer conhecimento das competências e exigências do serviço específico do Ministério Público. Por conseguinte a fase de adaptação e aquisição de conhecimentos por parte de tais funcionários acarreta necessariamente uma quebra na produtividade dos serviços que deve igualmente ser tida em conta.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Estimamos em cerca de pelo menos mais 5 funcionários, como o número essencial para fazer face ao serviço, sendo 3 para o Funchal, 1 para Santa Cruz e outro para Ponta do Sol.

**Instrumentos e Condições físicas de trabalho**

Ao nível de instalações o Ministério Público encontra-se em geral com condições adequadas e com gabinetes individuais por toda a comarca, não obstante as deficiências já supra mencionadas.

Para além disso o Tribunal e consequentemente o Ministério Público, não dispõe de uma sala de reuniões para um número superior a 12 pessoas, razão pela qual as reuniões de âmbito mais alargado que a Coordenação tiver de fazer com magistrados, OPC's ou outras entidades, terão de ser efectuadas em salas de audiência.

A Secretaria do Ministério Público encontra-se na cave do Palácio de Justiça, sem grande luminosidade, nem espaço reservado para a realização de diligências, razão pela qual na maioria das situações enquanto alguns funcionários se encontram a proceder a inquirições, outros encontram-se no mesmo espaço a trabalhar.

Por outro lado, em nenhuma secção da comarca o Ministério Público dispõe de equipamento de gravação vídeo para as diligências ou de sala para vídeo- conferência.

Nas demais secções do DIAP (secções locais) as condições físicas de trabalho ao nível de gabinetes e espaço para os funcionários do Ministério Público não são as mais adequadas e satisfatórias – em Ponta do Sol os serviços do Ministério Público funcionam numa sala exígua, sem qualquer espaço reservado para proceder a inquirições, o mesmo se dizendo de Porto Santo e Santa Cruz.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

**Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica**

Quanto a este ponto há que esclarecer que, na comarca da Madeira continuam a inexistir os gabinetes de apoio aos magistrados (quer judiciais quer do Ministério Público) previstos no art. 28º do decreto-Lei nº 49/2014, de 27 de Março.

No que concerne aos exames médico-legais os mesmos são, em regra, realizados no gabinete médico-legal do Funchal. Contudo, a resposta tem-se revelado morosa.

As demais perícias são efectuadas através da Polícia Judiciária ou solicitadas ao Continente, uma vez que não existe resposta a nível da RAM, o que tem acarretado grandes dificuldades e morosidade na resposta.

**Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça**

Quanto à organização e métodos de trabalho, desconhecemos as medidas implementadas pelo nosso antecessor, apenas nos tendo sido referenciado pela Senhora Procuradora Coordenadora do DIAP que fez duas acções de formação com os OPc`s e algumas reuniões.

**Iniciativas de construção de boas práticas**

Desconhece-se igualmente que iniciativas ou medidas foram tomadas nesta área pelo meu antecessor.

Apenas me foi referenciado pela Senhora Procuradora Coordenadora do DIAP que aquele departamento fez um manual de instruções para a Administração fiscal.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

**Avaliação da qualidade do serviço prestado ao cidadão**

Por desconhecimento não nos podemos pronunciar.

Contudo o elevado registo de atendimentos feitos pelas diversas jurisdições da comarca (área penal, cível, família e menores e laboral) são reveladoras do contacto directo do Ministério Público com um grande número de cidadãos.

**II – B) ÁREA CÍVEL**

Através da Ordem de serviço 6/2017 de 20 de Setembro, foram tomadas as seguintes medidas na área cível:

- A senhora Procuradora da República da Central Cível, Dr.<sup>a</sup> Manuela Cisneiros Ferreira passou a assumir a direcção dos juízos locais do Funchal, Ponta do Sol, Porto Santo e Santa Cruz, devendo os Senhores procuradores Adjuntos comunicar aquela a instauração dos processos administrativos destinados a recolher elementos para intentar ou contestar acções cíveis e, uma vez instruídos, remeter-lhe o respectivo PA para elaboração do articulado ou com o respectivo projecto de articulado.

- Mais se determinou que os julgamentos das acções cíveis em que o Estado seja autor ou réu fossem assegurados pela mesma Senhora Procuradora da República

***ACÇÕES CÍVEIS COM INTERVENÇÃO PRINCIPAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO***

Foi proposta pelo Ministério Público uma acção referente a contencioso patrimonial do Estado e contestadas 6 (sendo 1 da secção de Porto Santo), sendo que o valor destas acções do contencioso patrimonial do Estado ascendeu a €686.606,02.





**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Foi igualmente proposta uma acção pelo Ministério Público na área dos interesses difusos que foi já julgada totalmente procedente e uma outra acção por cláusulas abusivas de contrato que se encontra pendente.

Foram propostas 6 acções no âmbito do Dec.-lei 272/2001 sendo que 4 já foram julgadas procedentes.

No que concerne a interdições foram 54 as acções propostas pelo MºPº num total de 194 movimentadas o que corresponde a um acréscimo relativamente ao ano anterior. Já as inabilitações só foram 3 as acções propostas pelo Ministério Público.

No total contabilizam-se as acções propostas pelo Ministério Público em 75 (sendo 9 da Secção de Porto Santo) e contestadas 13 (sendo 2 da Secção de Porto Santo).

***RECURSOS***

Não foi interposto nenhum recurso na área cível por parte do Ministério Público e foram respondidos 10, sendo que 1 já foi parcialmente provido.

***CARTAS ROGATÓRIAS***

Também foi de zero o número de cartas-roгатórias a cumprir pelo Ministério Público neste ano e na área em análise.

***PROCESSOS ADMINISTRATIVOS***

Nesta área foram instaurados 174 novos processos administrativos com vista à propositura de acções.

***ATENDIMENTO AO PÚBLICO***



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

O número de atendimentos ao público, realizados na área cível, revela-se muito significativo uma vez que se cifrou em 945, sendo que 174 deram origem a processos administrativos e os restantes se prenderam com outros assuntos no âmbito das atribuições do Ministério Público.

**Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas**

Não se verificaram no ano em análise situações de pendências processuais excessivas. Apenas haverá a assinalar a dificuldade que, muitas vezes, subsiste nos casos de interdição por anomalia psíquica, em encontrar pessoa que possa assumir as funções de tutor do incapaz. Este problema ocorre com mais prevalência quando o interditado é um idoso, sem família de apoio.

**Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho**

Adstrita ao serviço da Central cível está apenas uma funcionária que para além de dar ainda apoio ao Senhor Procurador da República da Central criminal é igualmente a funcionária que secretaria a Coordenação.

Quanto às secções locais cíveis não existe um funcionário adstrito às mesmas, havendo contudo 3 funcionários que dão apoio às secções locais cíveis/criminais e as secções do comércio/execuções.

Por sua vez, na secretaria do Ministério Público (que é a secretaria do DIAP) do Funchal o espaço é exíguo e sem a privacidade necessária à realização de diligências.

Nos restantes locais da comarca a situação já foi supra referenciada..

**Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica**



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Nada mais a acrescentar ao que é mencionado para a área penal.

**Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça**

Neste campo, há apenas a assinalar a ordem de serviço nº 6/2017 supra mencionada.

**Iniciativas de construção de boas práticas**

- o controle efectivo e acompanhamento que é exercido pela Senhora Procuradora da República da Central Cível quanto a todos os processos administrativos instaurados na totalidade da comarca na área cível;

**Avaliação da qualidade do serviço prestado ao cidadão**

Nada se assinala de negativo sobretudo porque nunca foram apresentadas queixas ou reclamações pelo serviço prestado pelo MºPº no cível.

**II – C) ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES**

A área geográfica da instância central de Família e Menores abrange toda a comarca (com excepção de Porto Santo) e está sediada no Palácio de Justiça do Funchal

Nesta Instancia exercem funções três procuradores da República que trabalham igualmente com três juízes e têm a seu cargo para além do serviço da competência do Ministério Público a fiscalização de 10 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Uma Procuradora da Republica assume a interlocução da CPCJ do



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Funchal, enquanto outra assume a interlocação de 4 CPCJ's e o Procurador da Republica a interlocação das restantes 5.

A procuradora Adjunta de Porto Santo tem igualmente competência na jurisdição de família e menores e assume a interlocação e fiscalização da respectiva CPCJ.

***PROCEDIMENTOS DO MP – DL 272/2001***

Foram instaurados 34 processos desta tipologia (não havendo registo de qualquer entrada em Porto Santo) aos quais se juntaram os 8 que transitaram do ano anterior. Findaram 34 (sendo 26 pedidos julgados procedentes e 8 improcedentes).

***ACORDOS DE REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DE RESPONSABILIDADES PARENTAIS – PARECERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO***

Foram recebidos 210 pareceres provenientes das Conservatórias (sendo 4 deles de Porto Santo).

Destes, 192 obtiveram despachos concordantes por parte do Ministério Público, sendo 18 os despachos de não concordância.

***ACÇÕES TUTELARES CÍVEIS E INCIDENTES***

No âmbito do exercício das responsabilidades parentais, entraram 827 novas acções propostas pelo Ministério Público das quais 373 se referem a acções de regulação do exercício das responsabilidades parentais, (sendo 8 de Porto Santo) 209 de alteração, (sendo 10 de Porto Santo) e 200 incidentes de incumprimento (sendo 4 de Porto Santo).

Não foram propostas acções de inibição ou limitação do exercício das responsabilidades parentais. No total ficaram pendentes para o ano seguinte 161 acções.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Nas averiguações oficiosas (de paternidade e de maternidade) o número total de novos processos foi de 31 a que acresceu as 16 vindas do ano anterior, num total de 47.

Durante o ano 18 delas cessaram por perfilhação voluntaria, 10 foram consideradas inviáveis e só 3 deram origem à instauração de acção de investigação.

Transitaram para o ano de 2018, 16.

***PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO***

A requerimento do Ministério Público foram instaurados 423 novos processos dos quais só 4 se reportam a Porto Santo.

Foram aplicadas 116 medidas de institucionalização e 5 medidas de confiança com vista a futura adopção.

As medidas foram aplicadas maioritariamente por acordo, sendo só 12 aquelas que foram aplicadas após realização de debate judicial.

Contam-se em 5 os processos de promoção e protecção pendentes há mais de 6 meses sem aplicação de medida.

***PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA***

Foram requeridos 3 procedimentos judiciais urgentes tendo em todos eles sido confirmada a situação de perigo.

***INTERLOCUÇÃO DAS CPCJ'S***

Apenas a Sr.<sup>a</sup> Procuradora Adjunta da secção de Porto Santo esteve presente em 2 reuniões da comissão alargada.

Foram apenas verificaram 5 processos a correr termos naquelas entidades relativos a maus tratos, negligencia grave e abusos sexuais.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Dos processos enviados pelas CPCJ's ao Ministério Público, foram arquivados 16 não tendo nessas situações requerido a abertura da fase judicial.

Para além disso as CPCJ's apenas enviaram 6 comunicações ao Ministério Público para instauração de procedimento cível.

Ao abrigo do disposto no art.º 76 da LPCJP foi pelo Ministério Público pedida uma apreciação judicial de decisão proferida pela CPCJ.

***VISITAS A INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO***

Não foram realizadas visitas a instituições de acolhimento, pelos Senhores Procuradores da República e em Porto Santo elas não existem,

***INQUÉRITOS TUTELARES EDUCATIVOS***

Transitaram do ano anterior 75 inquéritos tutelares educativos (ITE's) e entraram 164 novos inquéritos (dos quais 160 no Funchal e 4 em Porto Santo).

Findaram na fase de inquérito 105 processos sendo 92 por arquivamento e 13 suspensos pelo Ministério Público nos termos do art.º 85 da LTE.

Seguiram para a fase jurisdicional 33 processos, sendo que em 3 deles foi ordenada a sua incorporação em outros já existentes e nos restantes 30 foi aplicada medida tutelar.

Foram aplicadas 19 medidas em meio natural de vida e 8 medidas de internamento em centro educativo, sendo apenas 1 na modalidade de regime fechado.

Quanto à tipologia jurídico-penal dos factos participados em inquérito tutelar educativo 62 respeitaram a ofensa à integridade física (simples e qualificada) 42 a furtos (simples e qualificados), 20 a ameaças, injúrias e



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

difamações, 13 a danos, 6 a crimes de natureza sexual e 4 a conduções sem habilitação legal.

No âmbito da Jurisdição tutelar educativa foi apenas aplicada uma medida cautelar de guarda.

***VISITAS A CENTROS EDUCATIVOS***

Não foi realizada nenhuma visita a centro educativo, uma vez que o Centro educativo que existia na Ilha foi desactivado pelo Ministério da Justiça encontrando-se tais instalações fechadas e sem qualquer utilização.

***RECURSOS***

Foi interposto nesta área um recurso pelo Ministério Público que foi provido.

O Ministério Público respondeu apenas a 2 recursos interpostos pelas partes.

***CARTAS ROGATÓRIAS***

Foram recebidas para cumprimento 2 cartas rogatórias na área da Família e Menores.

***INTERVENÇÕES HIERÁRQUICAS***

Não ocorreu nenhuma intervenção hierárquica nos termos do art.88º da LTE.

***PROCESSOS ADMINISTRATIVOS***

Na área de Família e Menores foram instaurados 1245 processos administrativos com vista a intervir processualmente.

***ATENDIMENTO AO PÚBLICO***



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Nesta área foram efectuados um total de 1247 atendimentos durante o ano, constituindo tal número um aumento muito substancial relativamente ao ano anterior que se cifrou apenas em 51 atendimentos registados.

**Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas**

Não existem, na Família e Menores, situações de pendências processuais excessivas.

**Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho**

No que respeita ao quadro de magistrados do Ministério Público na secção central de Família e Menores, o número revela-se suficiente.

Relativamente a funcionários do M<sup>o</sup>P<sup>o</sup> na procuradoria daquela instância central estão em exercício de funções um Técnico de Justiça principal, uma técnica de Justiça adjunta e uma auxiliar.

Devido ao grande numero de atendimentos e ás especificidades desta jurisdição justificar-se-ia pelo menos mais um funcionário.

Ainda na mesma instância central as condições físicas de trabalho não são as melhores. Além dos gabinetes dos Senhores Magistrados estarem no 3.º piso do Palácio e os Senhores funcionários trabalharem na cave, sem qualquer separação física dos restantes funcionários, a Central funciona no rés-do-chão.

Por conseguinte a articulação entre todos, torna-se difícil e pouco funcional, não facilitando um bom e próximo atendimento aos cidadãos.

**Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica**

Nada mais a acrescentar ao que é mencionado na área penal.





**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

**Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça**

Desconhecem-se as medidas tomadas nesta área pelo meu antecessor.

**Iniciativas de construção de boas práticas**

Desconhecem-se igualmente as iniciativas tomadas.

**Avaliação da qualidade do serviço prestado ao cidadão**

Nada se pode assinalar por desconhecimento.

## **II – D) ÁREA DO TRABALHO**

A Secção laboral funciona o 3.º piso do Edifício 2000 no Funchal e nela apenas exerce funções um Senhor Procurador da Republica que trabalha com duas Juízas (uma delas auxiliar), sendo manifesto através dos números que a seguir se analisam o trabalho por este desenvolvido.

### **ACÇÕES LABORAIS**

Foram propostas pelo Ministério Público 107 acções, sendo 106 acção comuns em patrocínio dos trabalhadores e uma em representação do Estado.

Destas, 48 foram julgadas procedentes e pendem para o ano seguinte um total de 58.

### **PROCESSOS POR ACIDENTE DE TRABALHO**



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Quanto a processos por acidente de trabalho, vinham do ano anterior 369 a que se juntaram 377 novos processos entrados dos quais 9 respeitaram a acidentes mortais. Findaram 224 processos e transitaram para o ano seguinte 522.

Em fase conciliatória entraram 352 novos processos (sendo 8 respeitantes a acidente mortal) aos quais se juntaram 161 vindos do ano anterior. Findaram 224, transitando para o presente ano 289.

O Ministério Público assumiu o patrocínio dos trabalhadores em 46 petições por acidente de trabalho não tendo interposto, nesta área, nenhum recurso.

Foram apresentados 15 requerimentos para junta médica, 65 para revisão de incapacidades, 49 para actualização de pensões e 236 para entrega do capital de remissão.

No que respeita a processos por doenças profissionais o Ministério Público não elaborou petições iniciais.

***OUTRAS ACÇÕES ESPECIAIS COM INTERVENÇÃO DO MºPº***

Foram propostas 9 acções de impugnação judicial da regularidade e ilicitude do despedimento, 3 para reconhecimento da existência de contrato de trabalho e uma impugnação da legalidade de Associações.

***IMPUGNAÇÕES JUDICIAIS EM PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO***

O Ministério Público apresentou em juízo 17 recursos, findaram 7, dos quais 6 foram totalmente providos e 1 parcialmente provido.

***RECURSOS***

Quanto a recursos no ano em análise o Ministério Público interpôs 19 e respondeu a 3



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Dos recursos interpostos pelo Ministério Público 4 foram providos, 1 parcialmente provido e 1 não provido.

***PROCESSOS ADMINISTRATIVOS***

Foram instaurados 276 novos processos administrativos na área laboral com vista a iniciativa processual.

***ATENDIMENTO AO PÚBLICO***

Foram realizados 921 atendimentos ao público dos quais 276 se destinaram a iniciativa processual por parte do Ministério Público.

***RECLAMAÇÕES HIERÁRQUICAS***

Não foi apresentada nenhuma reclamação hierárquica.

**Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas**

Não existem, na área do Trabalho, situações de pendências processuais excessivas.

**Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho**

No que respeita ao quadro de magistrados do Ministério Público na secção central de Trabalho o número é manifestamente insuficiente.

Relativamente a funcionários do MºPº na procuradoria desta instância central o número actual é de 2 que se revela um número essencial para que não ocorram atrasos.

Ainda na mesma instância central as condições físicas de trabalho são



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

adequadas, havendo espaço próprio para a secretaria do M<sup>o</sup>P<sup>o</sup> e gabinete individual para o Senhor Magistrado.

**Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica**

Nada mais a acrescentar ao que é mencionado para a área penal.

**Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça**

Nada a assinalar quanto ao ano em análise.

**Iniciativas de construção de boas práticas**

Nada se assinala por desconhecimento.

**Avaliação da qualidade do serviço prestado ao cidadão**

Nada se assinala por desconhecimento.

**II – E) ÁREA DE EXECUÇÕES**

A comarca da Madeira dispõe de uma instância especializada de execuções.

***EXECUÇÕES INSTAURADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO***

Nesta área o Ministério Público instaurou um total de 583 execuções por custas/multa/coimas e outras num total de € 1.445.579,87.

Destas, 184 foram instauradas na área penal num total de € 97.286,18, sendo



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

que na área do Trabalho foram instauradas 158 execuções no valor global de € 1.097.747,21, na área cível 177 no valor global de 93.923,50 e na jurisdição de família e Menores 53 no valor global de 143.931,99.

Nestas execuções foram elaboradas 186 reclamações de créditos, (sendo 52 em representação da fazenda nacional).

**RECURSOS**

Neste âmbito foram interpostos 2 recursos pelo Ministério Público e não se registaram respostas. Um dos recursos interpostos pelo Ministério Público já obteve provimento.

**Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas**

Não existem na comarca situações não resolvidas de pendências processuais excessivas no que respeita às execuções.

**Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho**

Nada a assinalar especificamente no que respeita às execuções.

**Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica**

Nada a assinalar.

**Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça**



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Nada a assinalar quanto ao ano em análise, por desconhecimento.

**Iniciativas de construção de boas práticas**

Nada a apontar por desconhecimento.

**Avaliação da qualidade do serviço prestado ao cidadão**

Nada a assinalar por desconhecimento.

**II – F) ÁREA DE COMÉRCIO**

A comarca da Madeira dispõe de uma secção especializada de comércio, sediada no Funchal,

***MOVIMENTO DE INSOLVÊNCIAS***

O Ministério Público instaurou uma acção de insolvência em representação do Estado.

***INTERVENÇÕES RELEVANTES EM PROCESSO DE INSOLVENCIA***

Foi de 94 o número de reclamações de créditos apresentadas pelo Ministério Público em processo de insolvência, (sendo 82 em representação da Fazenda Nacional, 4 no patrocínio dos trabalhadores, 6 por custas e coimas e 2 em representação de outras entidades do Estado),

O Ministério Público participou em 133 assembleias de credores e proferiu 23 pareceres em qualificação da insolvência.

***VALORES DOS CRÉDITOS RECLAMADOS EM PROCESSO DE***



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

***INSOLVÊNCIA E PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO***

Em representação da Fazenda Nacional foram reclamados € 22.244.816,68, em representação de outras entidades do Estado €11.631,80, no patrocínio de trabalhadores foram reclamados € 62,463,98 e, por custas/coimas/outras foram reclamadas quantias no valor de € 5.699,86, tudo num total de € 22.324.612,32.

***CRÉDITOS RATEADOS PELOS CREDITORES***

Os créditos reclamados foram rateados segundo a seguinte grelha:

- Fazenda Nacional - € 169.667,28.
- FGS – € 812.182,14.
- Segurança Social – € 96.543,56.
- Laborais - € 1.845.253,29
- Outros - € 2.094.412,88

Total - € 5.018.059,15

***PROCESSOS ESPECIAIS DE REVITALIZAÇÃO***

Transitaram do ano anterior 20 processos, entraram 29, findaram no ano em análise 28 e transitaram para o ano seguinte 21 processos.

***ACÇÕES DECLARATIVAS, PROVIDÊNCIAS CAUTELARES E ACÇÕES DE VERIFICAÇÃO ULTERIOR DE CRÉDITOS***

Foram instauradas pelo Ministério Público 13 acções, sendo que 8 das quais são reportadas ao art.º 188, n.º 1 do CIRE..

***RECURSOS***



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Nesta área foram interpostos 14 recursos pelo Ministério Público que, para além disso, respondeu a 3 outros recursos sobre esta temática.

Dos recursos interpostos pelo Ministério Público, 2 foram providos e outros 2 parcialmente providos.

***ATENDIMENTO AO PÚBLICO***

Em toda a comarca não foram realizados atendimentos ao público na área do comércio.

**Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas**

Não existem na comarca situações não resolvidas de pendências processuais excessivas no que respeita ao Comércio.

**Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho**

Nada a assinalar por desconhecimento.

**Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica**

Nada a assinalar por desconhecimento.

**Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça**

Nada a assinalar quanto ao ano em análise, por desconhecimento.





**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

**Iniciativas de construção de boas práticas**

- desconhecem-se as iniciativas levadas a cabo nesta área.

**Avaliação da qualidade do serviço prestado ao cidadão**

Não dispomos de dados para poder fazer qualquer tipo de avaliação.

**III – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS  
FIXADOS PARA O ANO, PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES DELA  
DECORRENTES.**

No ano judicial de 2016/2017 foram traçados objectivos processuais, quantitativos e qualitativos, para a comarca da Madeira, alinhados com os objectivos estratégicos definidos pela Procuradoria – Geral da República.

Relativamente aos objectivos fixados para o ano judicial em apreciação eles foram, em parte, atingidos, tendo ocorrido situações de natureza endógena e exógena ao MP que de algum modo terão contribuído para que o seu grau de execução tenha ficado aquém do expectável.

Assim, em síntese:

- Na área criminal não foi possível baixar ou estabilizar as pendências nem diminuir o tempo de duração dos inquéritos, não só devido ao facto das entradas terem subido, como ainda e principalmente devido á grande instabilidade dos recursos humanos, gerada por três magistradas ausentes ao serviço por licença de parentalidade, um magistrado ausente por doença prolongada e outro que saiu do DIAP do Funchal com licença sem vencimento sem ter sido substituído.

A falta de um Magistrado inicialmente previsto, a ausência de outro por doença, sem ser substituído durante o decurso do ano de 2017, aliada às



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

substituições não asseguradas em tempo útil, por escassez de recursos humanos, levou necessariamente á tomada de medidas de distribuição processual dos inquéritos, geradoras de instabilidade e propiciadoras da morosidade na resolução dos mesmos.

Contudo embora a pendencia processual por magistrado tenha subido nalguns casos de forma vertiginosa, a verdade é que, mesmo assim, se pode detectar um esforço dos Senhores Magistrados em não deixar aumentar desmesuradamente a pendencia global, uma vez que a taxa de resolução processual, embora negativa, rondou os 84%.

De igual modo não foi possível baixar a pendencia dos processos mais antigos que registaram uma subida na ordem dos 60%.

Contudo, alcançou-se plenamente o objectivo quanto á utilização dos institutos de consenso que rondaram os 63%, e a taxa de condenações é também positiva uma vez que rondou os 85%.

De igual modo não foi possível a especialização na sede do DIAP do Funchal, tendo contudo havido a preocupação, nas Secções de Santa Cruz e Ponta do Sol, em concentrar num só magistrado, o tratamento dos crimes de violência doméstica e de natureza sexual, não só na face de inquérito, como igualmente na fase de julgamento.

A intervenção do Ministério Público nomeadamente no atendimento dos cidadãos parece ter melhorado substancialmente atenta a expressividade dos números registados no atendimento não só na área de Família e Menores como igualmente na área Penal, Laboral e cível.

- Os objectivos processuais para a Jurisdição de Família e Menores foram quantitativamente positivos, embora resulte da análise dos mapas haver algum desinvestimento na articulação e fiscalização da actividade das CPCJ's e na aproximação com as entidades ligadas á protecção da Infância e Juventude, que importará, num futuro próximo, colmatar.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

- Quanto aos direitos dos trabalhadores foi mantida a disponibilidade de atendimento personalizado por magistrado, registando-se os atendimentos efectuados e verificando-se pela estatística uma maior proactividade do Ministério Público no patrocínio dos trabalhadores, bem como na área dos recursos,

- na jurisdição cível assegurou-se um permanente atendimento ao público, com respectivo registo e monitorização e tomaram-se iniciativas na área dos interesses difusos e contratuais,

- Foi sendo dada resposta atempada aos pedidos de interdição e inabilitação e iniciou-se uma estratégia de uniformização de procedimentos com a direcção dos Senhores Procuradores Adjuntos por parte da Procuradora da República da Central Cível

- Na jurisdição do comércio houve a preocupação de transmitir atempadamente ao Ministério Público da área criminal elementos do processo de insolvência indiciadores da existência de ilícitos criminais,

- relativamente à Coordenação, manteve-se a participação activa nas reuniões do Conselho de Gestão e do Conselho Consultivo;

- relativamente à decisão de mérito em tempo útil

a) em 31-12-2017, existiam só no DIAP do Funchal 1553 inquéritos pendentes há mais de 8 meses, na secção de Ponta do Sol 194, em Santa Cruz 75 e em Porto Santo 14.

b) Na mesma data, na área de família e menores, estavam 8 inquéritos tutelares educativos pendentes há mais de 3 meses.

b) Nesta área movimentaram-se 239 Inquéritos tutelares educativos sendo que destes 187 foram arquivados por vários motivos e só 13 foram suspensos.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

As razões que justificam o não cumprimento de alguns dos objectivos traçados prendem-se com o seguinte:

- Falta de recursos humanos e perda de funcionários experientes e qualificados dos quadros do Ministério Público.

- Morosidade na resposta e falta de qualificação dos serviços regionais, nomeadamente a DRAF, SS, IRAE e GML;

- Falta de articulação entre os órgãos de polícia criminal e entre estes e o Ministério Público.

- O funcionamento da justiça administrativa e fiscal, onde pendem vários processos cuja decisão é prejudicial à dos processos penais e determinam a suspensão destes, nos termos do artigo 47º do RGIT;

- Falta de qualificação e especialização dos OPC's, nomeadamente da PSP no âmbito da violência doméstica.

- O atraso na conclusão das investigações por parte dos OPC's devido à falta de quadros que também os afecta.

- Falta de meios técnicos e científicos que possam dar resposta na área forense;

**IV - PROPOSTA FUNDAMENTADA DE OBJECTIVOS PARA O ANO SEGUINTE**

A proposta fundamentada de objectivos para o ano judicial de 2018 foi oportunamente apresentada à Procuradoria – Geral da República, que a aprovou.



**COMARCA DA MADEIRA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO - COORDENAÇÃO**

Em síntese a mesma prossegue na consolidação dos objectivos traçados para o ano em análise e será junta a este relatório dando-se aqui por reproduzido o seu conteúdo.

*(Na elaboração deste documento não foi seguido o novo Acordo Ortográfico)*

Funchal, 15 de Fevereiro de 2018

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca da Madeira

Maria de Lurdes Rodrigues Correia